



Reforma agrária, uma agenda atual

"Recente pesquisa do Incra mostrou que a política de acesso à terra é importante investimento em renda, cidadania e justiça social", escreve **Rolf Hackbart**, economista, e que ocupa a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desde 2003, em artigo publicado no jornal

Folha de S. Paulo

, 21-01-2011.

Hoje, existem 8.763 assentamentos de reforma agrária no país em que vivem 924.272 famílias. O **governo Lula** incorporou 48,4 milhões de hectares de terras, assentando 614.092 famílias. Também foram criados 3.551 novos assentamentos nos últimos oito anos.

Em 2003, o orçamento geral do **Incra** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi de R\$ 1,5 bilhão. Em 2010, saltou para R\$ 4,5 bilhões. Minha afirmação de que a reforma agrária está colocada na agenda nacional sob os aspectos econômico, ambiental e social foi corroborada com a recente pesquisa sobre qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos.

Em dados objetivos, a pesquisa demonstrou que a política de acesso à terra é um importante investimento em renda, emprego, cidadania e justiça social.

Coordenada pelo Incra e executada com o apoio das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (**UFRGS**) e de Pelotas (**UFPEL**), a pesquisa aplicou um questionário a 16.153 famílias em 1.164 assentamentos de todos os Estados, mais o Distrito Federal.

Essas informações servirão, dentre outros objetivos, para conhecer a realidade dos assentamentos, orientar as prioridades do próximo plano plurianual e referenciar estudos e reformulações das políticas de reforma agrária.

Comparando as condições de vida das famílias em relação à situação anterior ao assentamento, para 64,86% delas o acesso à alimentação melhorou. A mesma aprovação se dá em relação à moradia (73,50%), à renda (63,08%) e à saúde (47,28%). Dentre os 216

REFORMA AGRÁRIA

Escrito por Giancarlo Porfírio Ferreira

Seg, 24 de Janeiro de 2011 14:23 - Última atualização Qua, 26 de Janeiro de 2011 15:44

produtos pesquisados, leite, milho e feijão se destacam na formação da renda da maioria das famílias.

A produção agropecuária representa a maior fatia na composição da renda, acima de 50%, derrubando a velha falácia de que os assentamentos são improdutivos.

A alfabetização dos assentados alcança 84%, mas o maior desafio está nos ensinos médio e superior, com acesso inferior a 10%. Pelo menos 70% das moradias possuem mais de cinco cômodos, 79% informaram acesso suficiente à água e 76% possuem energia elétrica.

Os primeiros resultados da pesquisa reafirmam o conjunto de políticas públicas desenvolvidas durante o **governo Lula** e que terão continuidade na gestão **Dilma Rousseff**, a exemplo do acesso à energia e da comercialização da produção pelos assentados por meio do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, além das compras de merenda escolar.

Ademais, os assentamentos refletem a realidade socioeconômica das regiões em que estão inseridos.

Portanto, a política de reforma agrária deve ser parte integrante do modelo de agricultura que queremos para o país. A geração de renda nos assentamentos, o ordenamento fundiário e a regularização ambiental são, a meu ver, os principais focos de atenção para o próximo período.

Trata-se do desenvolvimento rural sustentável, que tem no seu principal meio de produção, a terra, um fator de distribuição da renda e de redução da pobreza no Brasil.

fonte:http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=40136